



MAURÍCIO TRAGTENBERG: FUNDADOR DOS ESTUDOS SOBRE EDUCAÇÃO LIBERTÁRIA NO BRASIL: DA LUTA SOCIAL À UNIVERSIDADE

Doris Accioly e Silva
Universidade de São Paulo, Brasil
daccioly@usp.br

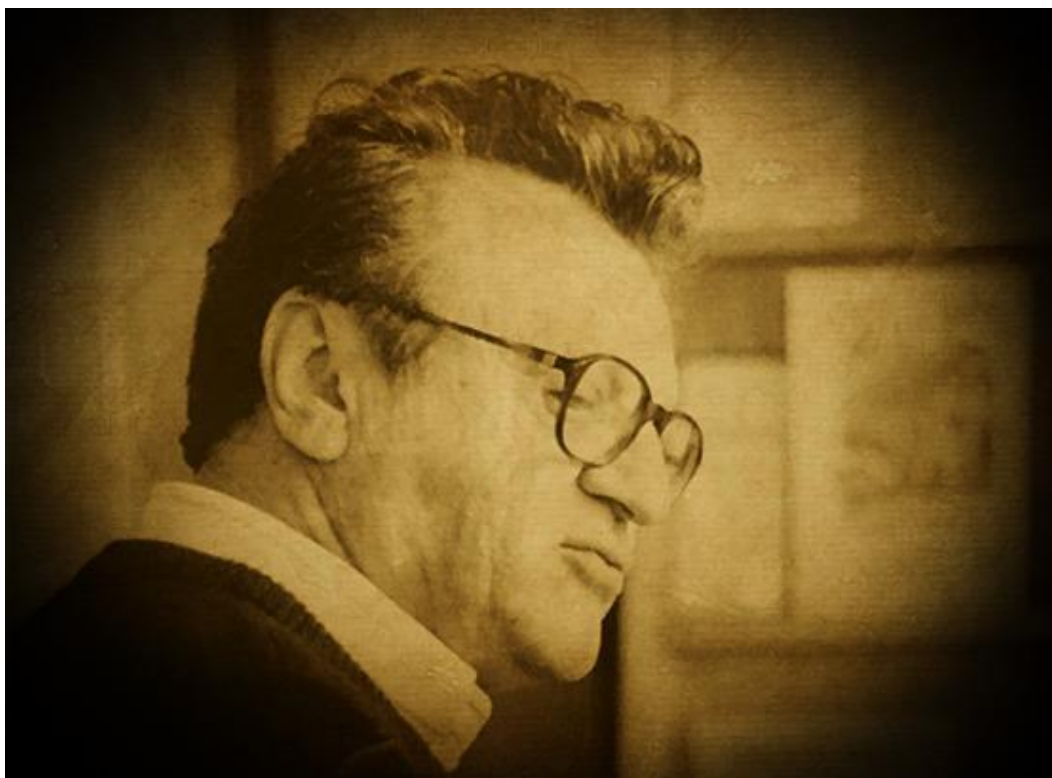


Foto de Maurício Tragtenberg. **Fonte:** Arquivo Particular Doris Accioly e Silva.

Ferrer, esse desertor da burguesia, enfatizava o papel da educação na renovação social, uma educação livre de quaisquer ismos, na qual não atuasse a violência refinada, a violência simbólica. Ciência, liberdade e solidariedade se constituíam no seu ideário pedagógico; o combate à rotina e ao atavismo, em sua meta. Quem sabe, por isso, seu nome não conste nas histórias oficiais da educação [...].

Maurício Tragtenberg

A questão política do esquecimento e da memória vem necessariamente à tona quando se estuda o anarquismo. O apagamento da memória integra, em todas as épocas e lugares, a luta e o estabelecimento das relações de exploração e dominação. Quando nos debruçamos



sobre a história das lutas sociais no Brasil, emerge a importância dos anarquistas tanto no plano político não institucional quanto no educacional e cultural. Essa importância foi silenciada ao longo de décadas por impedimentos de variada natureza, desde a repressão política, até os processos de fabricação do esquecimento que acompanham permanentemente os campos político, cultural e educacional. No Brasil, Maurício Tragtenberg foi um dos primeiros intelectuais a evidenciar a presença anarquista na história social e na vida cultural de nosso país. A história de vida de Maurício Tragtenberg é um exemplo da inseparabilidade vida-obra, quando se deseja apreender a complexidade das ligações que compõem uma biografia. A trajetória de Tragtenberg inicia-se no Rio Grande do Sul, na cidade de Erebangó, em 1929, na colônia rural de imigrantes judeus ucranianos, que fugiam dos *pogroms* do leste europeu. Em suas recordações, Tragtenberg referia-se ao avô como um camponês tolstoiano, profundamente religioso. A família vivia numa gleba de 25 hectares recebidos do governo, na qual praticavam a agricultura familiar, com base no apoio mútuo e na solidariedade, de inspiração makhnovista. Com a repressão política bolchevista, muitas colônias anarquistas foram destruídas, o que provocou a imigração de trabalhadores e camponeses para diversas regiões, como Estados Unidos, França e América do Sul. Os camponeses de Erebangó recebiam periodicamente jornais libertários desses países, tais como *Tierra e Libertad*, *Volontá*, *La Protesta*, *A Plebe*, *Voz do Trabalhador*, *Ação Direta*, *O Libertário*. Nessa época, em Erechim e regiões próximas, surgem associações de trabalhadores imigrantes de orientação libertária. Em seu Memorial, Tragtenberg conta que os camponeses:

[...] ajudados pela imprensa libertária, aprimoraram o sendo coletivo de vida e trabalho aprendendo uns com os outros. Todos eram alunos e professores e aprendiam, ao mesmo tempo, os segredos do cultivo da terra. À luz de vela, à noite, aprendiam e ensinavam português, espanhol, russo e esperanto. Liam-se, em Erebangó, muitos autores anarquistas russos, como Kropotkin, Bakunin, especialmente, Tolstoi, com seu anarquismo religioso anticlerical, que era o autor preferido. [...] Liam-se os clássicos da literatura russa, como Pushkin e Tchekov. Paralelamente, as colônias conseguiram a autosuficiência em alimentos, elevaram o aprimoramento educacional e a autoaplicação dos princípios anarquistas no cotidiano de suas vidas. (TRAGTENBERG, 1998, p. 80)

Tal foi o ambiente que marcou a infância de Tragtenberg e constituiu sua visão de mundo. Por volta de 1936, Tragtenberg mudou-se com a família para Porto Alegre, vivendo no bairro judeu do Bonfim. Frequentou o Grupo Escolar Luciana de Abreu, no bairro Azenha, durante o Estado Novo, ocasião em que Tragtenberg presenciou uma passeata integralista liderada por Plínio Salgado, fato que causou grande aflição no meio judaico, pelo temor de que



se repetisse o antissemitismo do leste europeu. A família deslocou-se para São Paulo, em 1938, indo viver no bairro do Bom Retiro; frequentou a escola judaica ortodoxa Thalmud Torá, até a quarta série do primário, quando começou a trabalhar para contribuir no orçamento doméstico. Seu pai faleceu e sua mãe trabalhava como costureira. Essa circunstância determinou a interrupção dos seus estudos, seu ingresso no mundo do trabalho, desenhando um conjunto de experiências que ele chamava de “minhas universidades”, à semelhança de Maximo Gorki. Assim, ele denominava o conjunto de experiências vividas nas dimensões social, política e intelectual, abarcando o convívio diário com trabalhadores de diversas nacionalidades e profissões, muitos emigrados, que traziam a memória das lutas operárias travadas em seus países de origem. Em seu Memorial (1998), ao recordar os temas das conversações naquele quadro social, ele dizia: “não eram temas de academia e sim expressões de relações sociais e políticas vividas”. No convívio com esses trabalhadores, Tragtenberg revivia sua infância em Erebangó e os ecos da repressão bolchevique aos marinheiros de Kronstadt e aos camponeses makhnovistas. Com a redemocratização de 1945, Tragtenberg chegou a filiar-se ao Partido Comunista e convivia com trotskistas, anarquistas, socialistas, que costumavam reunir-se na Galeria Prestes Maia e criticavam os rumos da revolução russa. Essa rebeldia acarretou a expulsão de Tragtenberg do PCB. Nessa ocasião, Tragtenberg frequentava a sede do Partido Socialista Brasileiro e os cursos que promovia nos finais de semana, como o de História do Brasil, ministrado por Antonio Candido e o de Sindicalismo e Burocracia, por Azis Simão. Também o Centro de Cultura Social dos anarquistas foi uma de suas “universidades”; lá conheceu Edgar Leunenroth, Pedro Catallo, a feminista Anita Carrijo e o escritor Mário Ferreira dos Santos, que lecionaram naquele importante centro libertário. Tragtenberg trabalhava, nessa época, no Departamento de Águas e Energia Elétrica, empresa pública que lhe abriu os olhos para a burocracia como estrutura de poder institucional, como ritualismo na interação social, apatia do funcionário frente ao trabalho e os graus de status, legitimados pelos diplomas escolares:

Assim, na década de 1950, muito antes de aparecer Bourdieu como celebridade, percebia eu no Departamento de Águas e Energia Elétrica que o estamento dos engenheiros só atendia alguém se esse alguém usasse o tratamento de ‘Doutor’ dirigindo-se a ele. Caso contrário, não havia interação. Percebi como, na burocracia pública, funcionava o sistema feudal do ‘patrocínio’, seu status dependia de a quem você estivesse ‘ligado’ na burocracia. Você trabalhava ou ficava na ociosidade, dependendo do prestígio do seu ‘padrinho’. (TRAGTENBERG, 1998, p. 84)



Outra de suas “universidades” foi a Biblioteca Municipal Mário de Andrade, onde conviveu com intelectuais como Bento Prado Jr., Flávio Rangel, Arakcy Martins Rodrigues, entre outros. Nessa época, foi muito importante a amizade com o jornalista Hermínio Sachetta e com a família Abramo, trotskistas. No decorrer da década de 1950, tendo apenas concluído o quarto ano primário, por sugestão de Antonio Candido e com base na legislação da época, Tragtenberg apresentou a monografia intitulada *Planificação: desafio do século XX* (1967), à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Nesse texto, analisa os mecanismos socioeconômicos que conduzem ao planejamento econômico, tanto no capitalismo privado, quanto no capitalismo de Estado. Sobre este livro, escreveu Antonio Candido na apresentação (1967): “com honestidade e heterodoxia, longe de dogmas e preconceitos, o autor circula entre fatos históricos, sociais e econômicos com uma formosa liberdade, manifestando a cada instante uma equação pessoal que não se quer omitir e que atua como presença fecundante”. O autodidatismo que marcou a trajetória de Maurício Tragtenberg conferiu-lhe uma liberdade intelectual pouco vista na universidade, o que não significa ausência de rigor conceitual e analítico. Em 1963, a convite do professor Wilson Cantoni, lecionou Cultura Brasileira na recém criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, de São José do Rio Preto, primeiro Instituto Isolado de Ensino Superior do Estado de São Paulo, hoje campus da UNESP (ACCIOLY E SILVA, 2004). Esta faculdade reuniu um brilhante grupo de jovens professores, recém formados pela USP, num projeto político pedagógico avançado, que incluiu a participação paritária de alunos e professores e todas as decisões do Departamento de Pedagogia. Além disso, a alfabetização de trabalhadores rurais e urbanos pelo método Paulo Freire, uma intensa vida cultural no interior da faculdade, com grupo de Teatro e Cineclube. Afirmou-se o compromisso do Ensino Superior com as necessidades dos trabalhadores, socializando-se o conhecimento, por meio de uma formação de professores que aliava o rigoroso conhecimento da realidade local e regional ao cultivo da cultura clássica e humanística. Participaram desta experiência, entre 1957 e 1964, professores brasileiros e estrangeiros, que a ditadura dispersou após a repressão que se abateu sobre a faculdade, em 1964. Tragtenberg foi duramente atingido com dois Atos Institucionais. Com esgotamento nervoso, internou-se no Instituto Aché, por três meses. Perdera tudo o que havia conquistado até então, numa vida de luta e estudo. Já estava casado com Beatriz Romano Tragtenberg, desde fins dos anos de 1950, com quem teve três filhos, Marcelo, Lívio e Lucila. Os meses de internação não arrefeceram o seu sentido crítico, permitiram-lhe estudar o poder psiquiátrico e a burocratização da prática médica. Estruturou, a partir de então, sua tese de doutorado *Burocracia e Ideologia*, que defendeu na Universidade de São Paulo, em 1973. Nela, analisou



os fundamentos ideológicos das teorias da administração e seu caráter legitimador da dominação e da exploração no capitalismo. Com heterodoxia, lança mão dos conceitos de Marx e de Weber, para criticar a burocracia dos países ocidentais e a burocracia do capitalismo de Estado. Sobre essa temporada hospitalar, ele escreveu, em seu Memorial: “saí do hospital sem cargo, sem trabalho e com dívidas a pagar, por aí a gente vê como um currículo não pode ser somente ‘edificante’ e ‘vitorioso’: é também composto de indecisões, incertezas e derrotas” (idem, p.86). No final dos anos de 1960, Tragtenberg e um grupo de professores, entre eles alguns remanescentes da experiência de São José do Rio Preto, foram contratados como docentes por intermédio do professor Sergio Bandeira de Mello, pela Faculdade Barão de Mauá, instituição privada de Ribeirão Preto. Em 1975, juntaram-se a esse grupo Bento Prado Jr. Octávio Ianni e Edgard de Assis Carvalho e criaram um Programa de pós-graduação em Letras e Ciências Sociais, de grande importância no interior do Estado de São Paulo, driblando o cerco ditatorial às universidades públicas. Tragtenberg lecionou até o fim da vida (1998) na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, aposentando-se na Faculdade de Educação da UNICAMP e na Fundação Getúlio Vargas. Foi um dos fundadores da Revista Educação e Sociedade, na UNICAMP, publicação que ele compreendia como necessária interligação das Ciências Humanas, da literatura e da Educação, o que já havia sublinhado num artigo publicado na década de 1950, chamado A importância da literatura para o homem de cultura universitária, qualquer que seja sua especialização; texto no qual sublinha o papel integrador da literatura em nossa época de extremas especializações. Entendia a fragmentação do conhecimento como fruto da instrumentalização do saber pelo poder. Ele foi coerente com essa visão, não apenas como professor, mas como orientador, ao longo das décadas em que formou e orientou alunos da graduação e da pós-graduação. No campo educacional, Tragtenberg iniciou os estudos universitários sobre a pedagogia anarquista com o artigo Francisco Ferrer e a Pedagogia Libertária, publicado em 1978, no primeiro número da Revista Educação e Sociedade. Assim, Tragtenberg tirou da obscuridade parte substancial da História da Educação no Brasil, até então ignorada pelos currículos oficiais de Pedagogia. A prática pedagógica de Tragtenberg caracterizava-se pela generosidade; partilhava com os alunos a vasta erudição de uma vida, sem dar importância ao controle de presença e às avaliações burocráticas, afirmando que o professor tem um saber relativo e os alunos uma ignorância transitória. Ao modo de Max Weber, de quem foi um leitor ardoroso, enfatizando em sua obra a crítica à burocracia, Tragtenberg não confundiu a cátedra com o púlpito, sugerindo aos seus alunos, jamais serem leitores de um só autor. Não cultivou discípulos, por respeito à autonomia intelectual e por coerência à sua crítica das hierarquias e das organizações centralizadas, que estão no âmago



das sociedades desiguais. A militância política jamais se limitou às universidades; ele convivia com os movimentos sociais permanentemente e escreveu durante oito anos no jornal Notícias Populares uma coluna denominada No Batente, que era lida por várias categorias de trabalhadores, com quem estava sempre em diálogo, sendo essa coluna uma caixa de ressonância das lutas sociais rurais e urbanas. Assim, a militância de Tragtenberg abrangia a escrita permanente em jornais, desde a década de 1950, assim, tendo começado na Folha Socialista, continuou até o fim de sua vida, escrevendo para jornais como Folha de São Paulo, Jornal da Tarde, Coojornal de Porto Alegre, O São Paulo, da Cúria Metropolitana e o Notícias Populares.

Em artigo que chocou a comunidade acadêmica, intitulado Delinquência acadêmica, desvendou a vinculação estreita entre a pesquisa e o poder militar, o poder econômico, especialmente das grandes empresas, bem como a cumplicidade de intelectuais com a ditadura militar, que afastara tantos professores de seu trabalho. Criticava ao mesmo tempo, o tecnicismo e um certo humanismo abstrato, que transforma a universidade brasileira em multiversidade, onde se ensina tudo aquilo que o aluno pode pagar. Um fio condutor do pensamento de Tragtenberg é a relação entre meios e fins, na qual os últimos condicionam os primeiros, “[...] a universidade vista como prestadora de serviços, perde o senso de discriminação ética e da finalidade social da sua produção [...] se vende no mercado ao primeiro comprador, sem averiguar o fim da encomenda” (1990, p.3). A reflexão de Maurício Tragtenberg interroga sempre: a quem serve o conhecimento e para o que serve? Nesse sentido, ele define a separação entre o pensar e o agir, como uma das dimensões da delinquência acadêmica, permitindo ao intelectual separar seus compromissos políticos e os valores essenciais da justiça e da liberdade. Completando essa crítica, Tragtenberg frisava que no escopo das faculdades de educação, essa atitude permite criar reformas educacionais que são verdadeiras restaurações, permitindo a continuidade do poder:

Referindo-se às universidades do século XIX, mandarinescas e pseudo-humanistas, diz que naquelas o professor *cumpria* o papel de *cão de guarda* do sistema, sendo produtor e reproduzidor da ideologia dominante. Hoje, esse *cão de guarda* transformou-se em *cão pastor*, acompanhando a passagem para a universidade tecnocrática na qual os critérios lucrativos da empresa privada operam no sentido de produzir *fornadas de colarinhos brancos* para o mercado de trabalho estando o próprio professor submetido a avaliações de desempenho nas quais o que conta é a produção de artigos sem se questionar sua utilidade e importância social. Nessa perspectiva, a avaliação se reduz a um mecanismo de subordinação do professor à lógica burocrática do sistema geral. (TRAGTENBERG, 2018, p. 216)



DA crítica de Tragtenberg expressa sempre a possibilidade de superação de uma dada realidade, assim, ele indica a autogestão pedagógica como possibilidade prática de ultrapassar a pedagogia burocrática. A radicalidade crítica de Maurício é sucedida da proposta que são a autogestão pedagógica e as concepções anarquistas de educação como alternativas de educação realmente ligadas aos interesses dos trabalhadores e à fundação de uma nova prática social, uma vez que a pedagogia libertária institui a possibilidade de outro mundo. Nos fundamentos da crítica tratenbergana à escola e à educação, estão a recusa do Estado e do capital como agentes educativos, indicando as práticas educacionais anarquistas como essenciais para a criação de uma nova sociedade, Tragtenberg nos propõe revisitar alguns dos pontos nucleares dessas práticas: a coeducação de classes e sexos, o ensino com base nas conquistas da ciência e não na fé, na interligação das humanidades, artes, filosofia e ciências da natureza, com vista à formação integral dos seres humanos, nos planos afetivo e racional. Com Bakunin e Paul Robin, abraçava a ideia de educação integral, a valorização da solidariedade e não da competição, as relações igualitárias e não os juízos discriminatórios, a recusa ao burocratismo pedagógico, a negação dos prêmios e castigos que amparam a alienação por meio do controle social. No primeiro artigo publicado na universidade brasileira sobre o educador libertário catalão Francisco Ferrer, ele sublinha sua atualidade como o “pedagogo dos que nada ou pouco tem a perder, porque nada possuem”. A presença de Maurício Tragtenberg nos lembra sempre que formar na liberdade é não apenas ser capaz de criticar a burocracia educacional, mas de propor e praticar outra pedagogia.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY E SILVA, D; BRUNO, L. Maurício Tragtenberg (1929-1998): a ousadia de conhecer. In: REGO, Teresa Cristina. **Educadores Brasileiros: ideias e ações de nomes que marcaram a educação nacional**. Curitiba: Editora CRV, 2018.

ACCIOLY E SILVA, D. Repressão Política, Resistência e Memória Social: um estudo de caso. In: WHITAKER, D.C.A. VELOSO, T.M.G. (orgs). **Oralidade e subjetividade, os meandros do infinito da memória**. Campina Grande: EDUEP, 2004.

TRAGTENBERG, M. **Administração, Poder e Ideologia**. São Paulo: Unesp, 2003.

TRAGTENBERG, M. **Burocracia e Ideologia**. São Paulo: Unesp, 2005.

TRAGTENBERG, M. **Memorial. Educação e Sociedade**, ano XIX, n. 65, p. 9-15, dez. 1998.



TRAGTENBERG, M. **Francisco Ferrer e a Pedagogia Libertária**. Sobre Educação, política e sindicalismo. São Paulo: UNESP, 2004.

TRAGTENBERG, M. **A delinquência acadêmica**. Revista Espaço Acadêmico, v. 2, n. 14, jul. 2002.

Recebido em: 30 de outubro de 2022

Aceito em: 22 de dezembro de 2022